



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura

1. Nome da Unidade curricular:

Contencioso da União Europeia

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 168
Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Professor Doutor Marco Caldeira

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Mestre Lis Cisz

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Com a presente disciplina, pretende-se proporcionar aos alunos uma visão global dos mecanismos de tutela do Direito da União Europeia, através da identificação dos diferentes órgãos jurisdicionais competentes (e a delimitação do respetivo escopo de intervenção), bem como do elenco e análise individualizada dos diferentes meios processuais aplicáveis, com enfoque nos diversos aspectos relevantes do seu regime (prazos, legitimidade, pedidos e poderes de cognição), habilitando-os a fazerem uso dos mesmos.

6. Conteúdos programáticos:

1. Evolução histórica
2. Fontes ou bases jurídicas
3. Órgãos e competências
 - 3.1. Tribunal de Justiça
 - 3.2. Tribunal Geral
 - 3.3. Secções especializadas
4. Meios processuais
 - 4.1. Contencioso da legalidade
 - 4.1.1. Recurso de anulação
 - 4.1.2. Recurso por omissão
 - 4.1.3. Exceção de ilegalidade
 - 4.2. Contencioso do incumprimento
 - 4.3. Contencioso da responsabilidade
 - 4.4. Providências cautelares
5. Questões prejudiciais
6. Recursos
7. Tramitação – noções gerais e aspectos relevantes
8. Princípios processuais
9. Articulação entre o TJUE e o TEDH na defesa dos direitos fundamentais na UE
10. Panorama do diálogo entre os tribunais nacionais e os tribunais europeus

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Ao cobrir toda a organização judiciária e os meios processuais aplicáveis, com descrição aprofundada do seu regime e introdução ao “*case law*” vigente, o programa permite aos alunos adquirirem uma visão panorâmica global sobre o Direito do Contencioso da União Europeia.

8. Metodologias de ensino:

O ensino será teórico-prático, com aulas teóricas de enquadramento global da matéria e aulas práticas essencialmente destinadas à resolução de casos e também à análise da jurisprudência mais relevante.

9. Avaliação:

A avaliação será repartida entre a participação dos alunos nas aulas (50%) e a realização de uma prova escrita (frequência) (50%), ficando aprovados os alunos cuja média seja igual ou superior a 12 (doze) valores.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A conjugação do enquadramento global fornecido nas aulas teóricas com a resolução de casos e a análise de jurisprudência nas aulas práticas permitirá aos alunos familiarizarem-se com a organização judiciária europeia e com a plêiade de instrumentos processuais de tutela do Direito da União Europeia.

11. Bibliografia:

11.1. Bibliografia principal

CAMPOS, João Mota de, Pereira, António Pinto, e Campos, João Luiz Mota de, *O Direito Processual da União Europeia – Contencioso Comunitário*, 2.^a edição revista e aumentada, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2014

DUARTE, Maria Luísa, *Direito do Contencioso da União Europeia*, reimp., AAFDL Editora, Lisboa, 2021

MESQUITA, Maria José Rangel de, *Introdução ao Contencioso da União Europeia – Lições*, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2022

11.2. Bibliografia complementar

ABREU, Joana Covelo de, *Tribunais Nacionais e Tutela Jurisdicional Efetiva: da Cooperação à Integração Judiciária no Contencioso da União Europeia*, Almedina, Coimbra, 2019 (reimp. 2020)

COUTINHO, Francisco Pereira, *Os Tribunais Nacionais na Ordem Jurídica da União Europeia – O Caso Português*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013

FERNANDES, Filipa, *Direito Fundamental à Ação e as Suas Implicações no Contencioso da União Europeia*, Principia, Cascais, 2015

MARQUES, Francisco Paes, *A Exceção de Ilegalidade no Contencioso da União Europeia*, AAFDL Editora, Lisboa, 2008

MARTINS, Patrícia Fragoso, *Rethinking access by private parties to the Court of Justice of the European Union*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2016

MARTINS, Patrícia Fragoso, *Da Proclamação à Garantia Efetiva dos Direitos Fundamentais*, Principia, Cascais, 2007

PROENÇA, Carlos Carranho, *Tutela Jurisdicional Efetiva no Direito da União Europeia*, Petrony, Lisboa, 2018

QUADROS, Fausto de, e MARTINS, Ana Maria Guerra, *Contencioso da União Europeia*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2009

QUEIROZ, Benedita Menezes, FREITAS, Tiago Fidalgo de, e DELGADO, Miguel Mota, *Casos e Materiais de Contencioso da União Europeia*, AAFDL Editora, Lisboa, 2019